

**PROCESSO N.º 183/2023**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 126/2023****EMPRESA: F&M CLINICA LTDA – ME**  
**CNPJ: 06.174.495/0001-51**

**OBJETO:** Credenciamento de Pessoas Jurídicas da Área Médica para a prestação de serviços de consultas, exames, procedimentos especializados e cirurgias eletivas, no âmbito ambulatorial, devidamente previstos na Tabela CISCOPAR ou, sucessivamente, na Tabela SUS, a serem prestados nos consultórios particulares, clínicas, hospitais credenciados e nos ambulatórios do CISCOPAR, conforme as necessidades e demandas dos Municípios Consorciados, abrangendo as áreas/especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina em atos normativos competentes. O presente Chamamento Público tem por objeto, também, o Credenciamento de Pessoas Jurídicas da área de análises clínicas, fonoaudiologia, psicologia, nutrição, fisioterapia e terapia ocupacional, bem como de outras áreas da saúde cuja profissão esteja devidamente regulamentada.

**PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:** Mayara Emanuele Disposti Leite Lamb (CRFa-3: 10.632), Leticia Moysa dos Santos (CRFa-3: 11.903), e Sasha Luthielle Pires (CRFa-3: 11.509)

**ÁREA DE ATENDIMENTO:** Fonoaudiologia

**PROCEDIMENTOS, conforme Tabela CISCOPAR:**

| <b>Classificação</b> | <b>Descrição</b>   | <b>Valor</b> |
|----------------------|--|--------------|
| 02.11.07.004         | AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREA / ÓSEA)  | R\$ 21,00    |
| 02.11.07.015         | ESTUDO DE EMISSÕES OTOACÚSTICAS EVOCADAS TRANSITÓRIAS E PRODUTOS DE DISTORÇÃO (EOA)  | R\$ 46,88    |
| 02.11.07.020         | IMITANCIOMETRIA  | R\$ 23,00    |
| 02.11.07.021         | LOGOAUUDIOMETRIA (LDV-IRF-LRF)   | R\$ 26,50    |
| 90.02.02.018         | EXAME DE PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL  | R\$ 180,00   |
| 02.11.07.034         | TERAPIA DE PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL  | R\$ 22,00    |
| 90.02.01.008         | ATENDIMENTO A USUÁRIOS COM TEA E/OU COMORBIDADES COMPLEXAS COM FORMAÇÃO DIRECIONADA AO PÚBLICO TEA -<br>Profissionais Psicólogos - Profissionais Terapeutas Ocupacionais –<br>Profissionais Fonoaudiólogos | R\$ 150,00   |

**VALOR TOTAL:** R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) anuais.

**JUSTIFICATIVA:** Atender ao interesse público de dispôr de maior número de profissionais de saúde para o fornecimento de serviços a pacientes de todos os 18 (dezoito) Municípios consorciados ao CISCOPAR.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:****01.001 – Serviços Administrativos****1030210002.001 - Manutenção das Atividades Administrativas****3.3.90.39.00.00 – 91 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 1187 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 0****01.002 – Serviços de Saúde****1030210502.002 – Manutenção das Atividades do Centro de Especialidades Odontológicas****3.3.90.39.00.00 – 287 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 301 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 0****3.3.90.39.00.00 – 316 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 330 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 496**

**1030212202.030 – Manutenção das Atividades Centro Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas – CAPS AD**

**3.3.90.39.00.00 – 1048 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 1073 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 496**

**3.3.90.39.00.00 – 1090 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 1115 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 1496**

**1030211002.034 – Serviço de Atendimento aos Municípios - SUS**

**3.3.90.39.00.00 – 852 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 851 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 496**

**1030211002.038 – Serviço de Atendimento aos Municípios - Livre**

**3.3.90.39.00.00 – 862 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

3.3.90.39.50.30 – 863 – Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade

**Fonte: 0**

**AMPARO LEGAL:** Artigo 74 da Lei nº 14.133/2021:

*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;*

*II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;*

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;*

*b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*

*c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*

*d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*

*e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;*

*h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;*

*IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

*V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

*§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, vedada a preferência por marca específica.*

*§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.*

*§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

*§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.*

*§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:*

*I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;*

*II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;*

*III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.”*

Toledo – PR, 14 de novembro de 2023.

**VALTER APARECIDO SOUZA CORREIA**  
Presidente do CISCOPAR